

Brasil pode negociar direto com

Dinda exl 19/09/85

Ajuste deve vir antes do acordo com o FMI, diz o

credores

ministro Funaro

O Governo brasileiro já provou à comunidade financeira internacional que conseguiu realizar o ajuste externo da sua economia e manter seus compromissos em dia, razão pela qual dispõe de condições para negociar com os credores da dívida externa. Antes, mesmo, de acertar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um acordo que deverá ser bem mais amplo do que se pretendeu até agora, cobrindo além do próximo ano. Dessa forma o Governo fugirá do horizonte do curto prazo, que o obriga a negociar de 120 em 120 dias, e deixará o clube dos devedores, porque a economia não suporta mais conviver com uma recessão que já dura quatro anos.

A declaração foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao fazer uma ampla avaliação das conversas que manteve em Washington, na segunda e terça-feiras, com o secretário de Tesouro dos EUA, James Backer, o presidente do Banco Central norte-americano, Paul Vocker, e o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière.

O Brasil, disse o ministro, venceu no seu esforço de ajustamento externo, mas desestruturou, em função do mesmo, sua economia interna, após duas medidas de valorizações (uma em 1980, de 30 por cento, e outra, também de 30 por cento em 1983), a eliminação dos subsídios e a colocação em prática da verdadeira tarifária, entre outras medidas de correção drástica. Agora, não pode mais submeter-se a nenhum arrocho fiscal ou monetário, principalmente no momento em que os juros externos mantêm-se estáveis, porém sob a ameaça constante do protecionismo que pode alastrar-se nos EUA.

Para Funaro, chegou a hora de o Governo incrementar a economia interna cuja dívida interna cresceu 90% em termos reais, patamar insuportável através do estímulo à modernização do seu parque industrial, única maneira confiável de se estruturar para poder competir com vantagens no mercado internacional. E assim manter as exportações em ritmo crescente, de forma a permitir que o País continue saldando os seus compromissos externos. Para 1986, a expectativa é de um crescimento real de 25 a 35 por cento para a dívida externa. O País somente poderá pagar os seus compromissos externos, alertou, se tiver condições de continuar aumentando as suas exportações. A queda dos juros, agora, não pode ser prejudicada pelo protecionismo, destacou.

AJUSTE INTERNO

Cumprido o ajuste externo que prejudicou o interno, através do crescimento descontrolado da inflação, resta ao governo Sarney, a partir de agora segundo o ministro - estruturar a economia para entrar em progressivo ajustamento, porém, sem prejudicar seu projeto de crescimento em torno de 5 a 6 por cento.

O ajuste interno, na opinião de Funaro, deverá ser semelhante ao implementado, no momento, pelo próprio governo norte-americano, que está às voltas com um volumoso déficit comercial e orçamentário que coloca o País na condição de maior devedor

do mundo, na atualidade. Para Funaro, o FMI e os banqueiros precisam entender que não será possível implementar o ajuste econômico em prazo relativamente curto - por exemplo, em um ano - mas sim no decorrer de todo o governo Sarney, ao fim do qual, de forma responsável, terá sido obtido o controle da inflação e a organização da economia. Não será possível alcançar esse objetivo sem o engajamento geral - via pacto social - da sociedade, na medida em que torna-se claro para todos que não existe nenhuma medida econômica capaz de combater a inflação.

VIABILIDADE

Apesar de ressaltar que serão longas as negociações com os bancos credores, no propósito de obter junto aos mesmos um acordo paralelamente à negociação com o Fundo Monetário Internacional, o ministro Dilson Funaro destacou que é preciso lembrar que não existem regras fixas no processo de negociação.

Lembrou Funaro que no decorrer da década de 70 os banqueiros internacionais inundaram o mercado de eurodólares e fixaram agências no exterior, para fugir das regras internas dos seus países, impostas pelos bancos centrais, que limitavam os empréstimos à capacidade de pagamento do credor. O ministro declarou lembrar-se muito bem de tal estratégia, pois já trabalhava no governo, em São Paulo, e os bancos não fizeram nenhuma exigência para aumentar seus empréstimos. Agora, diante das dificuldades enfrentadas pelos países para saldarem seus compromissos deveriam ser mais flexíveis, principalmente diante daqueles, como é o caso do Brasil, que já demonstraram amplamente a sua capacidade de ajustar externamente e manter os pagamentos em dia, sem causar maiores perturbações ao mercado financeiro internacional.

Entretanto, Funaro reconhece que o seu propósito de negociar com os credores antes de acertar com o Fundo é uma saída singular, ainda não concretizada por nenhum país devedor, o que não afasta o esforço do Governo neste sentido. "Vamos ter uma conversa longa com os bancos sobre o assunto, no próximo mês em Seul (Coreia do Sul) e em todos os encontros daqui por diante".

SEM DATA

A disposição de Funaro em negociar com os bancos, antes de acertar com o FMI, ficou claro quando um repórter indagou se ele não estaria com pressa em negociar um acordo com a instituição. O ministro respondeu que não, mas ressaltou que a economia brasileira não suporta continuar negociando prazos curtos com os credores, deixando em suspense e intranquilo o processo de crescimento interno, que precisa de condições mais estáveis para ser implementado.

Sua disposição é de acertar com o Fundo um ajuste interno semelhante ao implementado pelo governo norte-americano, que enfrenta a conjugação simultânea dos déficits comercial e fiscal, colocando em risco a economia de todos os países devedores. "Se eles estão preocupados

com o nosso programa de ajuste interno, face à inflação de 220 por cento ao ano, nós também estamos preocupados com as consequências do descontrole orçamentário da economia norte-americana", alertou Dilson Funaro.

Diversos caminhos podem ser abertos, na opinião do ministro, para negociar novo acordo com o Fundo e livrar o País de um monitoramento severo sobre sua economia. Funaro achou interessante um acordo semelhante ao obtido pela Venezuela, pelo qual se restringe a duas por ano as visitas dos técnicos do FMI. Existem mais de 10 fórmulas nesse sentido, afirmou - acordos interdiários, acordo sombra, entre outros - mas, por enquanto, foi acertado com a instituição três pontos de negociação preliminar: acertar o tipo de contrato a ser implementado, definir o tipo de relacionamento bilateral e afastar a hipótese de fixar acordo que cubra período em um ano.

No encontro com De Larosière, Funaro disse que ficavam acertados os seguintes pontos: ausência de prazo para assinar nova carta de intenções ("assinamos sete cartas e nenhuma foi cumprida, naquele processo de agir com pressa"); unificação dos orçamentos (da União, Monetário e das Estatais). O ministro reconhece que o País apresentou um resultado bastante ruim em julho e agosto (déficit de caixa de Cr\$ 11,9 trilhões e Cr\$ 9,7 trilhões, respectivamente), mas não previu os resultados dos próximos meses nem prometeu medidas de ajuste drásticas, apenas lembrou que o ajuste se fará gradual e responsabilmente.

DINHEIRO NOVO

Por enquanto, neste ano e no próximo, o Governo não pedirá novos empréstimos aos bancos internacionais. O País dispõe de reservas em torno de Cr\$ 8,4 trilhões, as exportações têm sido suficientes para cobrir os compromissos financeiros da dívida externa e o combate à inflação vem sendo feito de forma responsável, disse. “Conversei com as duas principais autoridades econômicas norte-americanas e o diretor-gerente do Fundo e tivemos uma conversa positiva, no sentido de que o Brasil pretende ajustar internamente a sua economia sem cair na recessão”.

Para Funaro, é correto o argumento de que o déficit do setor público precisa ser combatido com recursos novos, pois sendo ele basicamente financeiro — na medida que ao transformar em cruzeiros os dólares gerados pelos exportadores há pressão forte sobre a liquidez interna, que pressiona a inflação e leva o Governo a emitir títulos da dívida pública — novos recursos o aliviarão. Porém, por enquanto, o Governo não pretende reivindicá-los junto à comunidade financeira internacional. “Podemos esperar mais um pouco”.

Enquanto isso, Funaro pretende ajustar gradualmente a economia, aproveitando-se das condições favoráveis da estabilidade dos juros externos, ao mesmo tempo que continuará alertando que a permanência ou acirramento do protecionismo — a nova ameaça ao ajuste da economia brasileira — inviabilizará todas as perspectivas.